



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
PRIMEIRA CÂMARA

Processo nº. : 10875.005688/2003-30  
Recurso nº. : 142.599 (*Ex officio* e Voluntário)  
Matéria: : IRPJ – CSLL- ano-calendário: 1998  
Recorrentes : 1ª T. de Julgamento. da DRJ Campinas – SP. e Nec do Brasil S.A.  
Sessão de : 20 de outubro de 2005  
Acórdão nº. : 101- 95.231

DECADÊNCIA. Em se tratando de tributos sujeitos a lançamento por homologação, o direito da Fazenda Pública de constituir crédito tributário extingue-se em cinco anos, contados da data da ocorrência do fato gerador.

LANÇAMENTO - O aspecto temporal do fato gerador, que influencia a matéria tributável, deve obedecer ao previsto em lei. Não se encontra na competência do julgador alterar o lançamento para adequá-lo ao aspecto temporal do fato gerador previsto na lei.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recursos de ofício e voluntário interpostos pela 1ª Turma de Julgamento da DRJ em Campinas/SP. e por Nec do Brasil S.A.

ACORDAM, os Membros da Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso de ofício e DAR provimento ao recurso voluntário, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

MANOEL ANTONIO GADELHA DIAS  
PRESIDENTE

SANDRA MARIA FARONI  
RELATORA

FORMALIZADO EM: 14 NOV 2005

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros SEBASTIÃO RODRIGUES CABRAL, VALMIR SANDRI, PAULO ROBERTO CORTEZ, CAIO MARCOS CÂNDIDO, MÁRIO JUNQUEIRA FRANCO JÚNIOR e CLÁUDIA ALVES LOPES BERNARDINO (Suplente Convocada). Ausente, justificadamente, o Conselheiro ORLANDO JOSÉ GONÇALVES BUENO.



Recurso nº. : 142.599 (*Ex officio e Voluntário*)  
Recorrentes : 1ª T. de Julgamento. da DRJ Campinas – SP. e Nec do Brasil S.A.

## RELATÓRIO

Contra Nec do Brasil S.A. foram lavrados Autos de Infração relativos a Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido do ano-calendário de 1998, com ciência do contribuinte em 05 de dezembro de 2003.

A irregularidade que deu causa aos autos de infração foi a não comprovação de despesas apropriadas no ano-calendário de 1998.

Conforme descrito no Termo de Verificação, a empresa foi intimada a apresentar a relação das operações de transferências de recursos para o exterior por meio de contas tituladas por residentes ou domiciliados no exterior, a qualquer título, no período de janeiro a dezembro de 1998, discriminando a data, valor, beneficiário no exterior, motivo das remessas e a folha do livro Diário em que está contabilizada a operação. Das informações prestadas pelo contribuinte constaram remessas efetuadas tendo como beneficiário no exterior a Cia. Boliviana de Telecomunicações Ltda, e banco depositário o Banco Safra Bahamas Ltd - cidade de Nassau, referente a contrato de mútuo, conforme ficha SISBACEN, contabilizadas como despesas a débito da conta 348730401 – Serviços de Instalação, às páginas ... do Livro Diário Geral nº... . A fiscalização considerou não comprovadas as despesas contabilizadas na conta 348730401 – Serviços de Instalação, uma vez: (a) que o contribuinte não apresentou a fatura de serviços prestados pelo beneficiário dos pagamentos, as medições previstas na cláusula terceira do contrato, e também o anexo I – Cronograma Físico Financeiro que integra o contrato, conforme cláusula segunda do mesmo; (b) as remessas foram efetuadas sob o código de contrato de mútuo, conforme fichas do SISBACEN, e a empresa alega ter havido engano no preenchimento da ficha, fato este impossível de ter ocorrido, pois o Banco Operador é obrigado a juntar a documentação pertinente, assumindo a responsabilidade pela operação; (c) o signatário dos contratos de prestação de serviços do beneficiário no exterior é também dirigente da

GD KF

NEC DO BRASIL S/A conforme assinaturas dos Livros Diários da empresa – Sr. Marco Aurélio Cruz Francisco – CPF 257.442.327-53; (d) os pagamentos ocorreram logo após a assinatura dos contratos, não tendo havido tempo suficiente para execução dos serviços, e o correspondente cumprimento ao que determina a cláusula terceira do contrato. Entendeu a fiscalização ter ficado comprovado que as remessas para o exterior não foram para pagamento de despesas, e sim para outra finalidade, sujeitando o contribuinte à glosa das despesas lançadas na conta 348730401.

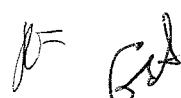
Em impugnação tempestiva, alegou a interessada que as remessas não foram realizadas no contexto de operações de mútuo, tendo se destinado ao pagamento de serviços prestados, o que se verifica pelo fato de assim terem sido contabilizados e de ter havido a retenção e recolhimento do imposto de renda na fonte. Admitindo não comprovada sua efetiva necessidade, argumentou que parte da exigência de IRPJ deve ser cancelada, por ter sido desconsiderada a existência de prejuízos fiscais acumulados, e informa estar recolhendo o crédito correspondente ao que remanesce após a compensação dos prejuízos declarados pelo contribuinte, com redução de 50% da multa.

Quanto à CSLL, diz que, diferentemente do imposto de renda, para apuração da base de cálculo da CSLL, é admitido o abatimento de todas as despesas, ainda que desnecessárias, excetuando-se apenas aquelas vedadas de maneira expressa pela lei fiscal. Acrescenta que a fiscalização desconsiderou a existência de base de cálculo negativa da CSLL apurada em períodos anteriores, suficiente para reduzir em 30% a base tributável utilizada no lançamento. Invoca, ainda, a decadência do direito de ser constituído o crédito tributário relativo à CSLL, por aplicação do artigo 150, parágrafo 4º, do CTN, alegando ter transcorrido o decurso do prazo de 05 (cinco) anos entre a ocorrência dos fatos geradores e a data da ciência da autuação.

A 1ª Turma de Julgamento da DRJ em Campinas julgou procedentes os lançamentos, conforme Acórdão nº 6.075, de 02 de março de 2004, cuja ementa tem a seguinte dicção:

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

Ano-calendário: 1998



Ementa: DECADÊNCIA - CSLL - A decadência rege-se pelos ditames do art. 45 da Lei nº 8.212, de 1991, com início do lapso temporal de 10 (dez) anos no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ser efetuado.

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

Ano-calendário: 1998

Ementa: GLOSA DE DESPESA - Não restando comprovado que as remessas para o exterior foram feitas para pagamento de despesas de serviços prestados, a glosa decorreu da ausência de prova da causa dos dispêndios, não chegando a discussão à avaliação da necessidade ou não das despesas eventualmente incorridas. Se a contribuinte, ainda que sob o fundamento equivocado de desnecessidade das despesas, admite a sua indevidabilidade e recolhe o crédito tributário após considerar compensação de prejuízos, consolida-se administrativamente o crédito tributário correspondente.

RECONSTITUIÇÃO DO LUCRO REAL – A exigência de IRPJ pressupõe a reconstituição do lucro real com absorção do prejuízo apurado no período, bem como como compensação de prejuízos fiscais anteriores, comprovados no sistema de controle da SRF, mas limitados a 30% do lucro real antes das compensações, em conformidade com a legislação vigente.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

Ano-calendário: 1998

Ementa: GLOSA DE DESPESA - Não se tratando de mera indevidabilidade material oriunda da legislação de IRPJ, a glosa de despesas relativa a gastos cuja causa não restou comprovada, afeta o resultado do exercício e, consequentemente, a base de cálculo da CSLL. Neste caso, a exigência decorrente deve seguir a mesma orientação decisória adotada para o tributo principal, inclusive quanto à compensação de bases de cálculo negativas do período e acumuladas nos anteriores, contempladas no sistema de controle da SRF.

Lançamento Procedente em Parte

Foi interposto recurso de ofício.

*KF* *GD*

Ciente da decisão em 26 de abril de 2004 (fl.528), a empresa ingressou com recurso a este Conselho em 26 de maio seguinte, reeditando as razões declinadas na impugnação e requerendo, afinal seja reformada a parcela da decisão que manteve a exigência de parte da CSL originalmente lançada.

É o relatório

*M  
G*

V O T O

Conselheira SANDRA MARIA FARONI, Relatora

O valor do crédito exonerado supera o limite estabelecido pela Portaria MF 333/97, razão pela qual, nos termos do art. 34, inciso I, do Decreto 70.235/72, com a redação dada pelo art. 67 da Lei 9.532/97, deve a decisão ser submetida à revisão necessária.

O recurso voluntário é tempestivo e atende os pressupostos legais para seu seguimento.

Conheço de ambos os recursos.

**RECURSO DE OFÍCIO:**

A decisão de primeira instância procedeu à reconstituição das bases de cálculo dos tributos, com a absorção do prejuízo apurado no período e aproveitamento de prejuízos de períodos anteriores e de bases de cálculo negativas anteriores, dentro do limite legal, respeitando a sistemática de apuração adotada pelo contribuinte. Uma vez que com esse procedimento, a Turma Julgadora ajustou o lançamento ao prescrito em lei, é de se reconhecer que o valor exonerado é, incontestavelmente, inexigível, devendo ser negado provimento ao recurso de ofício.

**RECURSO VOLUNTÁRIO.**

A matéria objeto de recurso se restringe à CSLL.

Todas as questões envolvidas neste julgamento, inclusive para apreciação da preliminar de decadência, perdem a relevância ante o erro substancial contido no lançamento.

Os atos administrativos sujeitam-se a controle externo, realizado pelos Poderes Judiciário e Legislativo, e interno, realizado por órgãos integrantes do Poder Executivo. Conforme Hely Lopes Meirelles<sup>1</sup>, os meios de controle administrativo (controle interno ou auto-controle), de um modo geral, bipartem-se em *fiscalização hierárquica e recursos administrativos*. "Recursos administrativos, em acepção ampla, são todos os meios hábeis a propiciar o reexame de decisão interna

---

<sup>1</sup> Meirelles, Hely Lopes, Direito Administrativo Brasileiro; São Paulo: Malheiros Editora, 18 ed. 1993, p.573

*SF* *PF*

pela própria administração. No exercício de sua jurisdição a Administração aprecia e decide as pretensões dos administrados e servidores, aplicando o Direito que entenda cabível segundo a interpretação de seus órgãos técnicos e jurídicos.”<sup>2</sup>. Tendo em vista o princípio da legalidade, ínsito no art. 37 da Constituição, a administração pública está obrigada a zelar pela legalidade dos atos de seus agentes.

O processo administrativo tributário é, pois, um meio de controle interno inserido no que Hely chama de *recursos administrativos*. Trata-se de uma revisão interna do ato administrativo do lançamento, representando uma fase anterior à formação da relação jurídica processual (fase da auto-composição, em que as partes – a Administração Tributária e sujeito passivo - tentam pôr fim à lide sem a interveniência do Poder Judiciário), e cuja principal função é controlar a legalidade do lançamento.

Conforme dispõe o artigo 142 do CTN, na constituição do crédito tributário pelo lançamento a autoridade administrativa deve, numa atividade estritamente vinculada à lei, verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Portanto, o aspecto temporal do fato gerador, que influencia a matéria tributável, deve obedecer ao previsto em lei.

No caso, em se tratado de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, para fins de determinar a matéria tributável e calcular o montante devido, a lei de regência (Lei nº 9.430/96) faculta à pessoa jurídica optar por apurar o tributo com base no lucro real trimestral ou pagar mensalmente o tributo com base em estimativas e apurar o lucro real anual, com base no qual, e considerando os valores já pagos, será apurado o saldo a pagar ou a restituir.

De acordo com a lei, a opção entre apurar o tributo segundo o período trimestral ou anual é do sujeito passivo, não havendo previsão para que a fiscalização a exerça.

---

<sup>2</sup> Meirelles, Hely Lopes, Direito Administrativo Brasileiro; São Paulo: Malheiros Editora, 18 ed. 1993, p.587

O artigo 16 da Instrução Normativa SRF nº 93/97 determina que, verificada a falta de pagamento do imposto por estimativa, após o término do ano-calendário, o lançamento de ofício abrangerá a multa de ofício sobre os valores devidos por estimativa e não recolhidos e o imposto devido com base no lucro real apurado em 31 de dezembro, caso não recolhido, acrescido de multa de ofício e juros de mora, contados do vencimento da quota única do imposto.

No caso, o contribuinte optou pelo pagamento do tributo com base nas estimativas mensais e apuração do lucro real anual. No entanto, a fiscalização procedeu ao lançamento segundo o lucro real trimestral.

Segundo a decisão de primeira instância, o fato de a fiscalização ter considerado, na apuração do valor devido, períodos-base trimestrais, não obstante o contribuinte tenha optado pela apuração anual do IRPJ, não invalida a autuação, na medida em que é passível de correção, a qual tem como efeito a redução dos juros devidos.

Esse entendimento, contudo, está equivocado. Ao efetuar a correção, para apurar o tributo segundo o lucro anual, a Turma Julgadora refez o lançamento, o que não se encontra em sua esfera de competência.

Assim, tendo em vista que o lançamento, cuja legalidade se controla, está em desacordo com as normas legais que o regem, deve ele ser cancelado.

Pelo exposto, dou provimento ao recurso voluntário e nego provimento ao recurso de ofício.

Sala das Sessões, DF, em 20 de outubro de 2005

  
SANDRA MARIA FARONI

